

A IMPORTÂNCIA DOS SISTEMAS INFORMATIZADOS PARA A GESTÃO DA INFORMAÇÃO E RECURSOS EM FACE DO TRABALHO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

THE IMPORTANCE OF COMPUTERIZED SYSTEMS FOR THE MANAGEMENT OF INFORMATION AND RESOURCES IN FACE OF THE WORK OF THE MILITARY POLICE OF THE STATE OF GOIAS

COSTA, Rafael Dias Carneiro¹

BORBA, Geyson Alves²

RESUMO

O presente artigo levantou a importância da utilização dos principais sistemas informatizados (RAI, Mportal e MOPI) implantados pela Plataforma de Sistemas Integrados – PSI da Secretaria de Segurança Pública de Goiás – SSP/GO, por meio de estudo realizado no 7º e 9º Batalhão de Polícia Militar, e na Academia de Polícia Militar sediados em Goiânia/GO além do 8º Batalhão de Polícia Militar sediado em Aparecida de Goiânia/GO. Para tanto foi realizada pesquisa de campo por meio da aplicação de questionários aos oficiais e praças dos locais, respeitado o anonimato dos pesquisados e, ainda dados coletados junto ao Observatório de Segurança da SSP/GO. Foi possível aferir, ainda, que a totalidade dos oficiais, 85,4% dos praças e 87,1% dos praças especiais pesquisados ressaltam a importância do uso dos recursos de Tecnologia da Informação para o trabalho policial. Ficou constatado que implementação dos sistemas estudados gerou melhoria e agilidade no trabalho policial, ao passo que ainda pairam dificuldades para a utilização desses sistemas pelo efetivo, ligada tanto pela carência de recursos físicos (hardware) para o acesso aos sistemas como pela dificuldade do efetivo em operá-lo e desconhecimento de suas funcionalidades. A pesquisa é relevante na medida em que demonstra a necessidade contínua de aprimoramento dos recursos de TI empregados, buscando cada vez mais os aperfeiçoar de forma que a gestão dos recursos humanos e materiais da PM sejam ainda melhor empregados.

Palavras-chave: Polícia Militar de Goiás. Sistemas informatizados. Tecnologia da informação. Gestão da informação. Gestão de recursos materiais e humanos.

ABSTRACT

This article has raised the importance of using the main computerized systems (RAI, Mportal and MOPI) implemented by the Integrated Systems Platform - PSI of the Goiás Public Security Secretariat - SSP / GO, through a study carried out in the 7th and 9th Battalion of Military Police, and at the Military Police Academy based in Goiânia / GO, besides the 8th Military Police Battalion in Aparecida de Goiânia / GO. For that, field research was carried out by means of the application of questionnaires to the officials and local squares, respecting the anonymity of the respondents and also data collected from the SSP / GO Security Observatory. It was also possible to verify that all officers, 85.4% of the squares and 87.1% of

¹ Aluno do Curso de Formação de Oficiais do Comando da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás – CAPM, rafaeldiascarneiro1@gmail.com; Goiânia – Go, julho de 2018.

² Professor orientador: Especialista, Professor do Programa de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás CAPM, geysonborba@hotmail.com, Goiânia – Go, julho de 2018.

the special squares researched emphasize the importance of the use of Information Technology resources for police work. It was verified that the implementation of the studied systems generated improvement and agility in the police work, while there are still difficulties for the use of these systems by the effective, linked both by the lack of physical resources (hardware) for access to the systems and by the difficulty of the effective in operate it and unaware of its features. The research is relevant in that it demonstrates the continuous need for improvement of the IT resources employed, seeking more and more to improve them so that the management of the human resources and materials of the PM are even better employed.

Keywords: Military Police of Goiás. Computerized systems. Information Technology. Information management. Management of material and human resources.

1 INTRODUÇÃO

Anteriormente à era digital, valia-se unicamente de meios manuais ou datilográficos para a produção e armazenamento de informação de qualquer espécie, o que gerava grande demora e dificuldades para o armazenamento e transmissão de informações e gestão de recursos.

Contudo, em especial nos últimos vinte anos, todo o planeta passou por uma revolução na área tecnológica e da informação, com a popularização da internet e a maior acessibilidade do cidadão aos meios digitais. Computadores de uso individual (desktops, notebooks), além de outros itens de tecnologia e comunicação (smartphones, tablets, dentre outros) estão ao alcance da grande maioria da população.

Paralelamente a essa evolução e popularização da tecnologia também ocorreu um maior grau de especialização das atividades criminosas, que demandam atuação mais célere e organizada por parte das forças de segurança no intento de prevenção e coibição. Isso passa pela maior efetividade no que se refere à coleta, armazenamento, difusão e utilização eficientes da informatização de forma a efetivar segurança à população.

Na atualidade a segurança pública vista como um todo passa por processo de modernização, seja na atuação propriamente dita quanto das ferramentas por ela utilizadas, tendo como enfoque a maior eficiência na prevenção, controle e combate da criminalidade, assim como na punição dos infratores.

Sabe-se que esse processo iniciou-se de forma um tanto tardia, sendo que em alguns estados tal processo ainda é embrionário. Por outro lado, em outras unidades federativas em que o processo de aprimoramento tecnológico encontra-se bastante avançado.

Especificamente tratando da Polícia Militar do Estado de Goiás a instauração de modernos sistemas informatizados é uma realidade. Esses sistemas desenvolvidos pela

própria administração estadual são considerados referência a nível nacional. Como tal foram inseridos na rotina policial militar, sendo utilizados com os mais diversos intuitos, quais sejam: para registro de ocorrências; para análise criminal; georeferenciamento; formatação de escalas de trabalho; processos administrativos; comunicação interna; correspondência com outros órgãos da Administração Pública; monitoramento; dentre outros.

Considerando o exposto nos parágrafos supra, vêm a tona os questionamentos. A utilização dos sistemas informatizados traz real ganho para a gestão das atividades policiais militares?

Igualmente, é importante levantar a problemática acerca do grau de utilização desses sistemas informatizados pelo efetivo para o gerenciamento da informação necessária para emprego dos recursos humanos e materiais destinados ao combate da criminalidade. Por último é necessário responder se há capacitação e conhecimento por parte do efetivo para a utilização dos sistemas informatizados.

A elaboração deste artigo científico tem como objetivo demonstrar a importância do uso de sistemas informatizados de registro, consulta, e operações integradas, de forma a demonstrar suas principais vantagens e eventuais desvantagens assim como o uso prático das informações obtidas por esses sistemas para a elaboração de estratégias para otimização e melhor eficácia da gestão da informação e recursos no trabalho policial militar.

O estudo encontra validade na medida em que proporciona melhor compreensão acerca do grau de melhoria do trabalho em face da utilização dos meios informatizados tal qual quanto um norte quanto à dinamização do labor policial militar.

O levantamento de dados para se atingir os objetivos estabelecidos para este artigo valer-se-á de questionários a serem respondidos por policiais militares atuantes tanto no seguimento operacional quando no serviço administrativo, juntamente a dados colhidos juntamente a órgãos vinculados à segurança pública, como o Observatório de Segurança Pública, e o Sistema de Mapeamento de Operações Integradas – MOPI.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 MUDANÇAS NO MODELO DE GESTÃO NO SETOR PÚBLICO

Cada vez mais se faz presente a mudança do modelo de gestão não só das forças de segurança pública como de todo o serviço público de forma a acompanhar a mudança social trazida pela popularização dos meios tecnológicos.

Preceitua Chiavenato (2004), que as organizações sejam de qual natureza forem se diferenciam em níveis organizacionais que estão escalonados em tríade, sendo eles: a) o nível operacional, afeto aos problemas de eficaz desempenho, voltado às imperiosidades técnicas do trabalho a ser realizado; b) o nível gerencial que regula e gere as tarefas do campo operacional; c) o nível institucional que dá a devida legitimação necessária para o estabelecimento e persecução dos objetivos gestonários.

É sabido que o setor público historicamente possuiu dinâmica de atuação diferente do setor privado, sendo o primeiro eminentemente baseado no modelo burocrático de gestão, idealizado por Max Weber.

De acordo do Secci (2009) o modelo burocrático estabelecido por Weber solidificou um excepcional padrão de expertise entre os trabalhadores de uma determinada organização, baseado no aspecto central da separação entre o planejamento e execução das ações. Tal divisão baseia-se no princípio do profissionalismo e na divisão racional do trabalho. No setor público esse modelo deu contornos reais à distinção entre política e administração pública, sendo a primeira responsável pela elaboração dos objetivos e a última encarregada de transformar as decisões tomadas em ações concretas.

Apesar disso, tal modelo administrativo ao longo do tempo demonstrou-se ineficiente em se tratando do trabalho policial, principalmente no dinamismo atual da sociedade, onde a estruturação rígida e pouco afeita a inovações do sistema burocrático acaba por envolver a morosidade no trânsito das informações.

Nesse sentido Kast e Rosenzweig apud Chiavenato (2004) argumentam que o modelo burocrático pode ser utilizado como ponto de partida para uma organização, entre tanto visualiza as limitações desse sistema frente ao dinamismo social e as suas consequências disfuncionais. Tal argumentação dos autores baseia-se em dois pontos, sendo eles: a) burocracia seria mais apropriada para o exercício de atividades rotineiras e repetitivas de uma organização, em que a organização e eficiência constituem o objetivo mais importante. b) o modelo burocrático seria inadequado para organizações que se defrontam com atividades não rotineiras, em que a criatividade e a inovação são mais importantes.

Neste ponto é importante destacar o papel da polícia em face da sociedade.

Para Bittner (2003) o papel da polícia é o tratar de todos os tipos de problemas humanos quando a solução necessite ou possa necessitar do emprego da força, utilizando-a na medida em que tal necessidade surja ou no momento em que tais problemas eclodem. Isto quer dizer que à polícia é atuar em situações inesperadas e repentinas, que apesar de ser possível prever o acontecimento de situações de atuação, não é possível definir quando acontecerão, impossibilitando o estabelecimento de trabalho rotineiro.

Tomando este posicionamento como base, é salutar dizer que a utilização tão somente do modelo burocrático para organização em se tratando do trabalho policial torna-o ineficiente, sendo fundamental a evolução deste modelo para garantir a eficiência laboral.

Entretanto gradualmente mudança de modelo de gestão no setor público (algo que na iniciativa privada já se encontra consolidado), que cada vez mais se inclina para o modelo gerencial, norteado pelo maior dinamismo, e, como pontuado por Pereira (2006) tem como principais características a obtenção de resultados e também o incentivo à inovação e criatividade objetivando certo grau de descentralização das decisões, tornando a administração mais eficiente. Tal premissa também se aplica no campo da gestão das informações.

No limiar do entendimento de Castells (1999) todo o ambiente onde os governos, as empresas e as comunidades interagem vem sendo alterado pela economia da informação. O recebimento, o tratamento e a armazenagem das informações estão mudando fundamentalmente, e a velocidade, a flexibilidade e a inovação são as palavras de ordem neste novo ambiente.

A máxima descrita no parágrafo anterior, também vem sendo aplicada no mundo da criminalidade. Silva (2006) aborda tal fato e afirma que os grupos criminosos valem-se das novas formas de comunicação e transporte, utilizando técnicas avançadas para controle de produção e distribuição do produto de seus delitos, aproveitando-se dos grandes avanços em todas as áreas significativas em esfera global. Como exemplo cita o caso dos cartéis de drogas no mundo, que usam de modelos intrincados de organização e gerenciamento para dar continuidade às suas atividades ilícitas. Por esse motivo é primordial a resposta da polícia quanto a este fenômeno, aprimorando o uso de ferramentas informatizadas que demais tecnologias de forma a estar à frente dos infratores.

Conforme conceituado por Roberts *apud* Souza (2003), o compartilhamento de informações de caráter crítico entre interlocutores válidos posicionados ao largo de uma estrutura de gestão correspondente é possibilitada pela existência de sistemas automatizados integrados de segurança pública.

Considerando tal afirmação, é correto pensar que a integração sistêmica seria justamente a capacidade de intercâmbio de informação entre órgãos diversos, mas que trabalham interligados por uma finalidade em comum, valendo-se de um sistema de comunicação integrado de forma a promover unidade na gestão e execução do trabalho.

Neste cenário urgiu a necessidade de ingresso da segurança pública na era digital, de forma a acompanhar o avanço já existente, pois, os infratores da lei vêm paulatinamente se

aprimorando e organizando suas ações delitivas justamente com a utilização do aparato tecnológico hoje em fácil alcance.

Para estar em condições de lidar com a evolução das atividades criminosas as forças policiais estão sendo forçadas a se modernizarem e utilizarem as tecnologias disponíveis ao seu favor. Esta necessária atualização pode ocorrer não só pela incorporação de novos equipamentos como pelo aprimoramento profissional.

No caso da Polícia Militar do Estado de Goiás não é diferente. Isso vem ocorrendo com o incremento da tecnologia da informação no âmbito das corporações decorrente implantação gradual de sistemas informatizados que a auxiliam no desempenho de seu trabalho com o dinamismo atualmente exigido.

2.2 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E O USO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS

Quando se analisa o aparato ao dispor das forças de segurança pública tanto ao nível federal quanto estadual se nota o investimento cada vez maior na análise e processamento de informações criminais e ainda na descentralização da coleta dessas, como meio de prevenção de ações criminosas, ou como meio para mapeamento de determinada causa de criminalidade que tem afetado certa região para traçar a melhor estratégia de prevenção e repressão, neutralizando as ações delitivas.

Atualmente é patente que em se tratando de segurança pública a informação em papel nem sempre alcança os tomadores de decisão de forma rápida o suficiente para que ela seja útil. Idealmente o conhecimento deve estar rapidamente disponível para assegurar que sejam tomadas decisões em tempo hábil. De igual modo a integração também precisa garantir o intercâmbio de informações de forma rápida e precisa (HOLMES; ROBERTS; WEBSTER, 2002).

Roberts (2001) apregoa que o advento da tecnologia da informação tem tido impacto substancial na forma como as organizações policiais integram e trocam conhecimento e informações criminais, acarretando em maior velocidade aos seus processos de gestão, e, também aumentando a capacidade das organizações de prover resposta efetiva ao problema do fenômeno do crime e da violência.

O mesmo autor aborda ainda que sistemas computacionais poderosos, com conexões de alta velocidade, estão disponíveis para a fomentar a troca de informações e conhecimentos de segurança pública entre as organizações que necessitam de acesso em tempo real a tais informações.

A integração de sistemas aumenta a qualidade, consistência, confiabilidade e acessibilidade ao conhecimento/informações. Em consequência disso, fica aumentada também a qualidade das decisões, tendo em conta a eliminação da redundância na entrada de dados e a propensão ao erro que isso implica. Adicionalmente, pelo compartilhamento de dados entre sistemas, a integração geralmente melhora o tempo de acesso à informação, fator crítico do processo decisório. Além disso, ainda, a integração habilita o compartilhamento de informações cruciais, sem considerar o tempo e o espaço; ao permitir que múltiplos possam acessar os mesmos conhecimentos/informações/dados simultaneamente e de diferentes localizações (ROBERTS, 2001).

Pode-se afirmar de fato que há uma concentração de esforços para dotar o Estado do devido aparelhamento para a realização dessas atividades que munirão informações precisas para a prestação eficiente de segurança pública. Este aparelhamento se dá por meio físico com a aquisição de ferramentas de informatização (computadores, tablets, monitores, centrais de acesso a internet e intranet), os chamados hardwares, mas também com a aquisição e desenvolvimento próprio de sistemas à serem utilizados nestas ferramentas físicas, os denominados softwares, tornando assim possível o manejo da tecnologia da informação, popularmente conhecida como TI.

Primeiramente é necessário conceituar o que é informação e diferenciá-la do que é um simples dado, o que se extrai das palavras de Furtado (2002) que estabelece a seguinte: a) dado é um registro acerca de determinada ocorrência ou evento. Ainda não há qualquer tipo de interpretação ou significado atribuído; b) já a informação diz respeito ao conjunto de dados munidos de um significado. Há uma interpretação dos dados o que acarreta em maior conhecimento acerca de determinado fato. Ressalta o autor que a informação é uma mensagem com significado em determinado contexto, que esteja disponível para uso imediato e que proporciona orientação às ações pelo fato de reduzir a margem de incerteza a respeito das decisões; c) a comunicação ocorre quando a informação é transmitida a outrem, podendo ser compartilhada por este outro indivíduo, sendo primordial que este último receba e compreenda o que lhe foi repassado.

Por sua vez a tecnologia da informação é conceituada por Furtado (2002, p. 24) como todo recurso tecnológico e computacional que se destina a coletar, manipular, armazenar e processar dados ou informações dentro de uma organização. Afirma ainda que a TI é o uso dos recursos computacionais para o desenvolvimento de sistemas de informação.

Já um sistema de informação é caracterizado por Stair (1996) apud Furtado (2002) como “um tipo especializado de sistema que possui uma série de elementos inter-relacionados com o propósito de coletar, manipular, armazenar, e disseminar dados e informações”.

Conforme Laurindo (2001) Tecnologia da informação é uma ferramenta que vem sendo utilizada nas organizações, privadas e também públicas, com a finalidade de promover comunicação, através de serviços e canais próprios. De início o alcance dessa finalidade era limitado uma vez que a capacidade dos softwares e hardwares até então existentes eram de fato limitadores à aplicação dos processos de TI, sendo possível apenas a realização de ações menos complexas. Tal situação passou a mudar na mesma medida em que o desenvolvimento tecnológico, em especial o ligado à computação, abrindo toda uma nova gama de alternativas de aplicações.

Dentre os benefícios que a Tecnologia da Informação trouxe às corporações destacam-se o fato de subsidiarem a elaboração estratégica, a facilidade e rapidez que proporciona o desenvolvimento de atividades consideradas burocráticas, a gestão dos meios de produção, a melhoria e agilidade nos processos de comunicação, tanto interna quanto externa, e ainda pode ser contabilizada a melhoria do relacionamento entre os membros da organização (PRATES E OSPINA, 2004).

Conforme Santos, Anjos e Andrade (2009) a eficiência pode ser conceituada como o rendimento efetivo do trabalho sem que haja desperdício, o que se traduz no cumprimento dos objetivos previamente estabelecidos. Os mesmos autores traduzem eficácia para fins administrativos como a consecução dos objetivos e metas traçados. Para que se torne uma informação útil o dado tem de ser submetido a uma sequência de ações as quais abordaremos nas próximas linhas.

A primeira delas é a coleta de dados. Esta sempre deve refletir a realidade dos fatos uma vez que esses dados que irão ser processados de forma a fornecerem informações à serem analisadas. O processamento dos dados é bem exemplificado nas palavras de Furtado (2002):

O processamento refere-se às atividades de tratamento através de conversões e/ou transformações das entradas em saídas úteis. Normalmente, este processamento é feito por cálculos, comparações, decisões e armazenamento de dados para futura recuperação. Por fim a “saída” refere-se a toda informação útil produzida pelo sistema... É importante ressaltar que um sistema de informação não é estático e recebe constantemente atualizações, sendo retroalimentado (feedback), a fim de se fazer ajustes nas atividades de entrada ou processamento de saída (FURTADO, 2002).

Como visto dos dizeres do autor, é de fundamental o tratamento dos dados colhidos para a obtenção de informação utilizável. Ressalta ainda a imperiosidade de constante atualização dos sistemas de coleta de dados. A utilização de sistemas

computadorizados implica principalmente em um ganho imensurável de tempo para o registro, formulação e tratamento de dados, possibilitando uma resposta mais célere por parte da polícia à demanda existente.

No âmbito do Estado de Goiás a implantação oficial de sistemas informatizados ocorreu por intermédio da Portaria nº 426 (GOIÁS, 2016) da então denominada Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária estadual, atualmente Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás. Nela criou-se a chamada PSI – Plataforma de Sistemas Informatizados, cujo qual contém diversos sistemas que funcionam de forma interligada, cada qual com a sua função específica tendo como base o Registro de Atendimento Integrado – RAI, onde são registradas todas as ocorrências de natureza policial, tanto pela polícia militar, quanto pela polícia civil.

3 METODOLOGIA

No presente artigo objetiva-se demonstrar o impacto do uso de sistemas informatizados de registro, consulta, e operações integradas, para demonstrar suas principais vantagens e eventuais desvantagens assim como o uso prático das informações obtidas por esses sistemas para a elaboração de estratégias para otimização e melhor eficácia da gestão da informação e recursos no trabalho policial militar. Para tanto houve a aplicação do método científico para aferição.

Metodologicamente a pesquisa se baseou na coleta de dados junto ao Observatório de Segurança Pública da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás. Além disso, houve a aplicação de questionário em Batalhões de Polícia Militar – BPM nas cidades de Goiânia e Aparecida de Goiânia, que servirão de amostras para os questionamentos propostos.

A escolha das unidades acima citadas deve-se às suas diferentes particularidades seja do perfil socioeconômico da população que habita a área sua de atuação, a localização geográfica dentro dos municípios, e outras características únicas. A variedade de perfil de atuação é importante para dar maior credibilidade aos resultados obtidos, o que não seria possível caso todos os policiais pesquisados fosse de uma única unidade.

No caso do 7º BPM em Goiânia ocorreu em face da grande área abrangida, abarcando desde bairros de classe média com aptidão comercial até bairros de nível econômico baixo, de natureza precipuamente residencial. Ademais, abrange em sua área a

divisão municipal entre região sudoeste da capital com a região oeste/noroeste de Aparecida de Goiânia.

Já na área do 9º BPM localizado na capital apesar de haver a presença alguns polos comerciais, trata-se maciçamente de uma região residencial, com bairros de classe alta, média e baixa dentro de sua área de atuação.

No 8º BPM em Aparecida de Goiânia a particularidade se dá por conta da grande presença industrial dentro de sua área, em especial pela presença do Polo Empresarial de Aparecida de Goiânia. Outra particularidade é a proximidade com o complexo prisional que atende a região metropolitana de Goiânia.

Por último no CAPM temos grande variedade de profissionais policiais militares, praças e oficiais, de todas as partes do estado que ali se encontram realizando cursos de capacitação e aprimoramento.

A escolha das unidades acima citadas ocorreu de forma a prover esta pesquisa de respostas por parte de policiais com perfis de atuação diferenciados, pois é o ambiente de trabalho é fator preponderante para as respostas fornecidas. Por isso utilizar como amostra policiais de apenas uma unidade policial não refletiria uma visão geral que é o pretendido.

Os questionários aplicados, um voltado às praças da corporação com dez perguntas e outro voltado às praças especiais e oficiais da PMGO pretendem verificar o grau de utilização dos sistemas informatizados estudados no trabalho cotidiano, o nível de operabilidade por parte dos policiais para com as ferramentas digitais e as facilidades ou dificuldades geradas pela implementação desses sistemas.

Ambos os questionários foram compilados através da ferramenta “Google Forms”, resguardando o anonimato dos pesquisados.

De igual modo também busca aferir as mudanças na forma de planejamento e distribuição do policiamento em razão do advento dos sistemas informatizados objeto desta pesquisa, e ainda o grau de utilização de ações integradas como outras unidades policiais em face da utilização dos referidos sistemas. Aliado à pesquisa de campo a pesquisa bibliográfica também foi utilizadas de forma a complementar o estudo.

Realizada a coleta dos dados, por intermédio dos questionários aplicados assim como pela utilização de levantamento estatístico, as informações deles obtidas foram demonstradas em forma de gráficos e tabelas com a utilização do software Microsoft Excel, considerando o efetivo dos batalhões acima descritos considerando uma amostra de 103 (cento e três) policiais militares, dentre praças e oficiais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

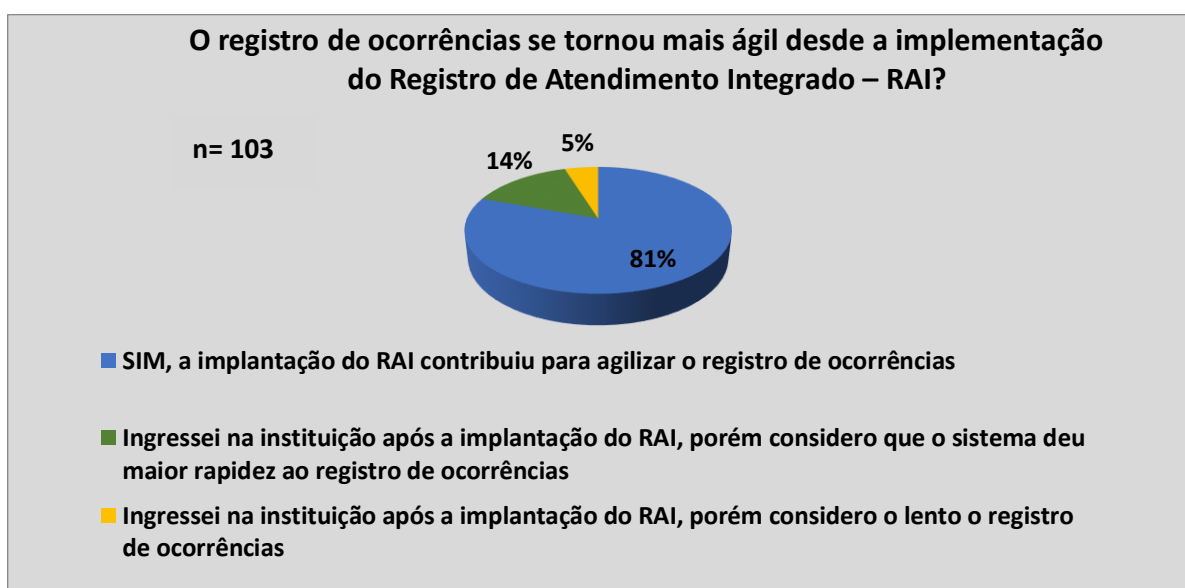
4.1 REGISTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO – RAI

O Registro de Atendimento Integrado – RAI, sistema por intermédio do qual são realizados os registros de ocorrências, lançamento de escalas e despachos.

O RAI é o sistema chave dentro de toda integração promovida no nível de segurança pública estadual, sendo a base utilizada para o registro do atendimento ao cidadão, que detém diversos outros propósitos o armazenamento dos dados registrados para a criação de uma base de dados mais ampla e completa compartilhada entre as corporações integrantes do escopo da segurança pública estadual. De igual modo, esse sistema possui mecanismos criados para evitar a contabilização incorreta ou em duplicidade de forma a aperfeiçoar o planejamento operacional a cooperação entre as instituições tanto no campo estratégico como no de inteligência.

Em pesquisa de campo se verificou junto ao efetivo tanto de praças como de oficiais se a implantação do RAI trouxe maior agilidade para o registro de ocorrências policiais. Levou-se em consideração que alguns dos policiais ingressaram na corporação já após a implantação do sistema, de forma que estes puderam responder se acreditam se o referido sistema contribuiu ou não para maior agilidade no registro de ocorrências. O resultado se encontra nos gráficos a seguir:

Gráfico 1: Agilidade no registro de ocorrências com o RAI nas áreas pesquisadas

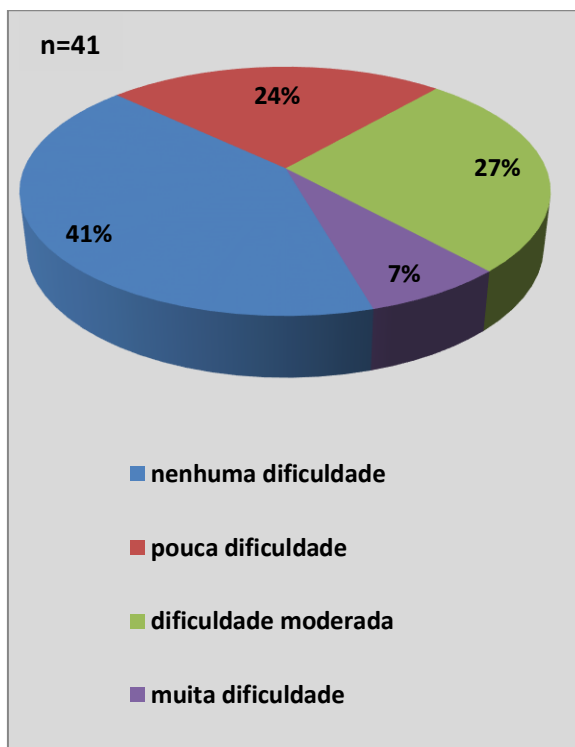


Fonte: (o autor, 2018)

De uma maneira geral, o resultado indicou que a esmagadora maioria considerou que houve melhora em termo de velocidade no registro de ocorrências em face da implantação do RAI. Mesmo dentre aqueles que ingressaram na PMGO após a implantação do sistema a maioria considera ter havido melhora.

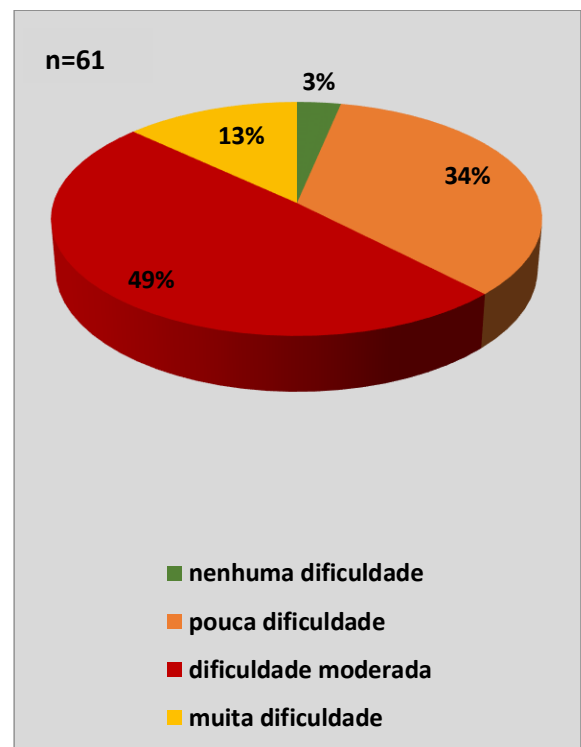
De igual modo verificou-se o grau de dificuldade apontada pelas praças pesquisados com respeito a utilização do RAI para o registro de ocorrências (gráfico 2). Em comparação verificou-se ainda a visão dos oficiais pesquisados acerca da dificuldade do efetivo para o registro eletrônico de ocorrências (gráfico 3), chegando ao seguintes resultados:

Gráfico 2: Dificuldade ao utilizar o RAI (praças)



Fonte: (o autor, 2018)

Gráfico 3: Dificuldade do efetivo ao utilizar o RAI (oficiais)



Fonte: (o autor, 2018)

Em se tratando da preferência quando do registro de ocorrências verificou-se o seguinte:

Gráfico 4 : Preferência quando do registro de ocorrências



Fonte: (o autor, 2018)

Analisando os resultados obtidos é perceptível que a maioria dos praças ainda têm algum tipo de dificuldade para o registro de ocorrências no RAI, prevalecendo na autoanálise a pouca dificuldade e dificuldade moderada. Tal informação acaba por ser discrepante da visão que os oficiais têm de seus subordinados, pois, apesar de também considerarem majoritariamente que a dificuldade do efetivo no registro do RAI é de pouca a moderada, os percentuais foram bem maiores, chegando na soma a 83%.

Ao mesmo tempo, quando indagados com relação a forma de registro que mais utilizam os praças por sua maioria informaram que registram o RAI porém preenchendo apenas as informações obrigatórias, sendo que, apenas 19% fazem este registro com o preenchimento completo dos campos disponibilizados.

O RAI pode ser considerado um avanço em se tratando de informatização da atividade policial e ainda de integração com as demais forças integrantes da segurança pública estadual. Contudo é clara a dificuldade do efetivo com relação ao manuseio do sistema, dificuldade esta causada tanto pela dificuldade por falta de conhecimentos básicos de informática ou ausência de ferramentas físicas (hardware) adequadas para utilização.

Outra dificuldade que se apresenta é o fato dos policiais em maioria realizarem o registro da ocorrência somente com os campos obrigatórios o que leva a concluir que há um excesso de campos preenchíveis o que pode tornar mais lento o serviço o que pode ser prejudicial devido a natureza extremamente dinâmica inerente ao trabalho policial.

Um dos objetivos da implementação de ferramentas de TI, no caso da realidade da PMGO os sistemas informatizados da plataforma PSI, é justamente o compartilhamento de

informações cruciais, sem considerar o tempo e o espaço; ao permitir que múltiplos possam acessar os mesmos conhecimentos/informações/dados simultaneamente e de diferentes localizações (ROBERTS, 2001), e também aumentar o rendimento efetivo do trabalho minimizando o desperdício (SANTOS, ANJOS E ANDRADE, 2009).

De fato é notada pelos próprios policiais a melhora nesses pontos com a implementação do RAI, contudo ainda necessário o aprimoramento contínuo do sistema, de forma a torná-lo o mais objetivo possível, reduzindo assim sua dificuldade de manuseio e gerando maior eficiência, e menor retrabalho, gerando maior eficácia.

4.2 MPORTAL3

O Mportal3 foi instituído oficialmente juntamente à Plataforma de Sistemas Informatizados – PSI por via da Portaria nº 426 (GOIÁS, 2016) tem como escopo proporcionar ao operador, em especial ao operador que se encontra na linha de frente, ou seja, no patrulhamento de rua, informações em tempo real sobre determinado indivíduo ou veículo.

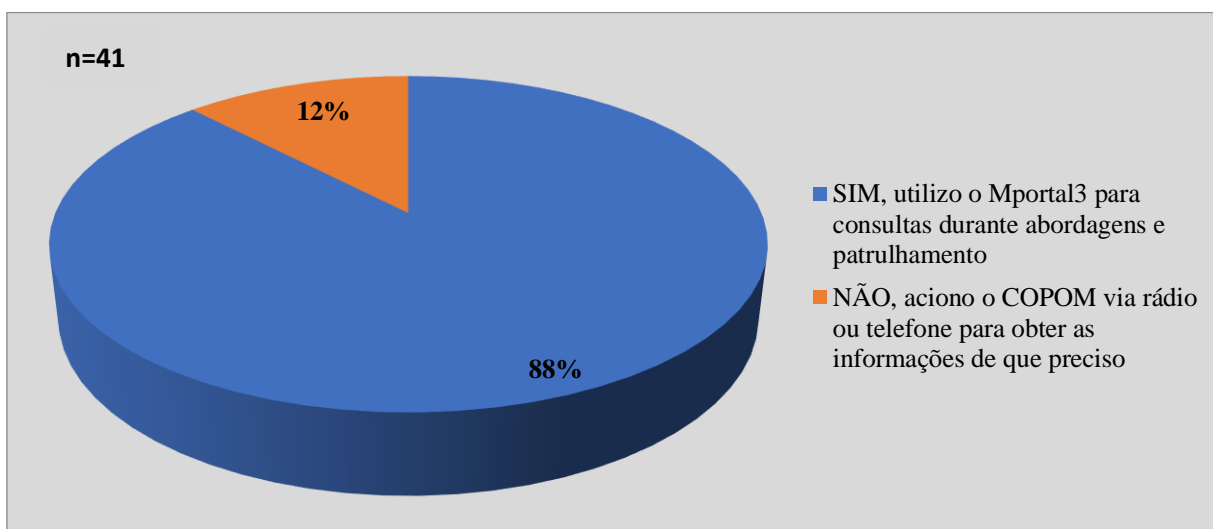
. O referido sistema busca a partir de algum dado pessoal do indivíduo (nome completo e nome da mãe, número da Cédula de Identificação, CPF, número da Carteira Nacional de Habilitação - CNH, dentre outros) é possível a verificação de uma gama de informações como: histórico criminal ou seja, a existência de condenações penais, e informações referentes ao cumprimento da pena; a presença de mandados de prisão em aberto, assim como sua data de expedição e validade; a existência de Registro de Atendimento Integrado – RAI ou SIAE (sistema utilizado previamente ao RAI) registrado pelo indivíduo ou em seu desfavor; a identificação por foto nos caso de indivíduos que possuem CNH

Também é possível a verificação de dados veiculares seja pela placa, número de Chassi e número do RENAVAM, possibilitando a constatação de: regularidade do veículo juntamente aos órgãos de trânsito; se o veículo fora objeto de furto ou roubo; a existência de RAI ou SIAE relacionado ao automotor; autenticidade da documentação apresentada pelo condutor.

Trata-se de um sistema de consulta multifuncional que proporciona rapidez na obtenção de informações.

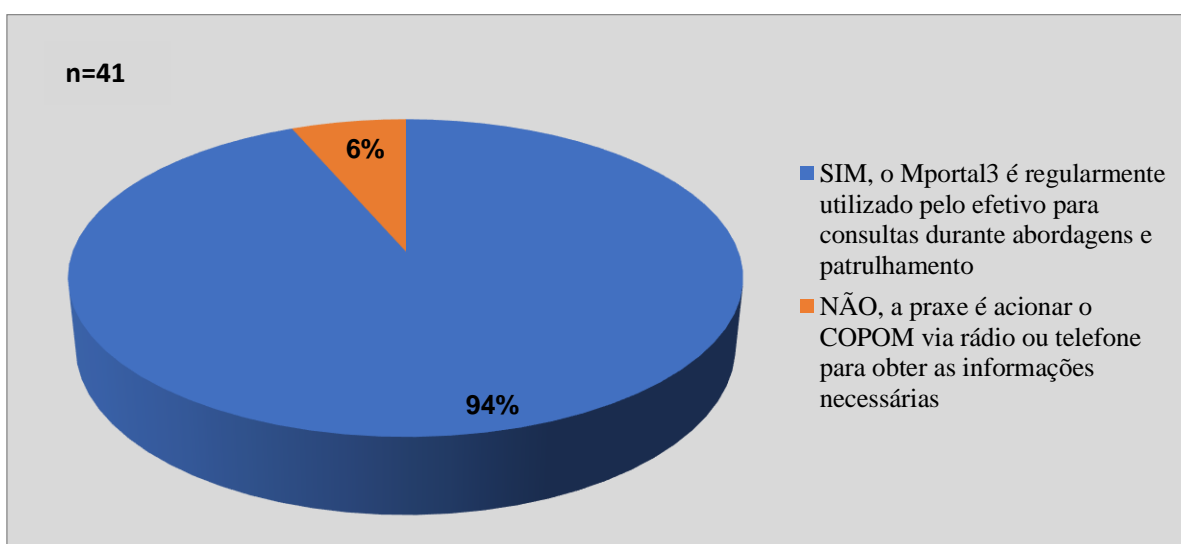
Em trabalho de campo pesquisou-se juntamente a praças da PMGO atuantes no trabalho operacional sobre a utilização do Mportal3 suas atividades rotineiras (gráfico 6). De igual modo foi pesquisado juntamente a oficiais da corporação sobre a sua visão com relação à utilização do sistema (gráfico 7):

Gráfico 5: Relativo a utilização do Mportal3 por praças



Fonte: (o autor, 2018)

Gráfico 6: Visão dos Oficiais PMGO acerca da utilização do Mportal3 pelo Efetivo



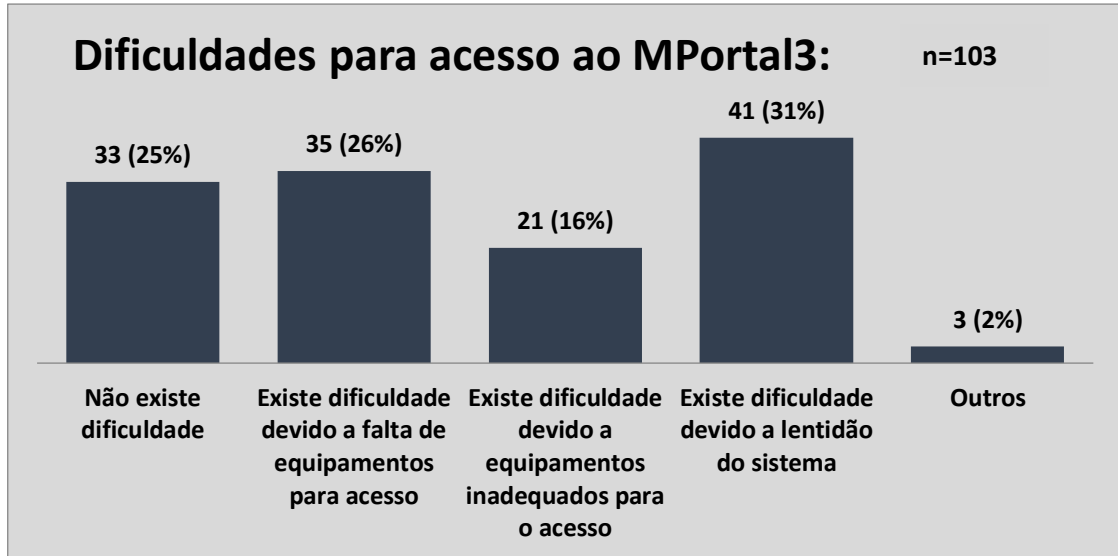
Fonte: (o autor, 2018)

Como pode ser observado nos gráficos suprailustrados atualmente a grande maioria dos policiais faz a utilização do Mportal3 para consultas diversas em meio à sua atividade rotineira. Tal afirmação se confirma pela visão dos oficiais referente a utilização do sistema pela tropa.

Questionados quanto a eficácia do sistema, ou seja, se este de fato agilizou o trabalho policial, 97,6% responderam positivamente, e 2,4% indagaram que o sistema nada acrescenta em termos de agilidade.

Por último ainda se pesquisou as maiores dificuldades enfrentadas para o acesso ao Mportal3 (mais de uma opção pode ser marcada), chegando aos resultados abaixo:

Gráfico 7: Dificuldades para acesso ao Mportal3.



Fonte: (o autor, 2018)

Dentre os que marcaram o campo “outros” no questionário aplicado relataram respectivamente problemas quanto a falta de dados fornecidos com resultado da consulta, burocracia para a realização de cadastro, e a permissão de acesso de mais dispositivos.

É notável que apesar de já consolidado o sistema, a utilização do MPortal pelos operadores ainda encontra obstáculos de cunho logístico principalmente com relação a falta de equipamentos ou equipamentos inadequados e ainda lentidão para consultas. Também é comum que o policial militar tenha de fazer uso de seu próprio smartphone, tablet ou outro dispositivo por falta do equipamento correspondente equipando a viatura. Nesse caso a solução passa pelo investimento em equipamentos suficientes e adequados para o acesso.

Apesar disso e notório o benefício trazido pela ferramenta, agilizando substancialmente o trabalho nas frentes de serviço tendo como foco a melhor obtenção de resultados (Pereira, 2006). Também amolda ao preceituado por Roberts (2001) no tocante a melhoria do processo de gestão da informação, uma vez que ela está acessível ao policial de forma muito mais rápida e efetiva, apesar dos percalços ainda existentes, acarretando em uma melhor resposta e maior efetividade do serviço prestado.

4.3 MAPEAMENTO DE OPERAÇÕES INTEGRADAS – MOPI

O Mapeamento de Operações Integradas – MOPI é outro dos sistemas informatizados integrados que compõe o acervo a dispor da segurança pública no estado de Goiás. Com ele se vislumbra um sistema que objetiva a criação, o mapeamento e o

planejamento de ações integradas entre as instituições integrantes do sistema de segurança pública goiano de forma organizada e prática, também podendo ser utilizado para ações executadas exclusivamente por uma dessas instituições. Trata-se do objetivo principal, conforme consta de seu manual do usuário, este último por sua vez que vem sendo rotineiramente atualizado e incrementado.

O sistema usa a base de dados estabelecida para criar ações integradas a ser cumprida por duas ou mais instituições integrantes das forças de segurança pública estadual (ações integradas), ou ainda podem ser criadas tendo como foco especificamente para uma dessas instituições. Tais ações têm como base uma meta estabelecida pelo gestor de instituição ou pela Secretaria de Segurança Pública.

Os níveis de acesso ao sistema MOPI são predeterminados conforme a função exercida pelo operador, considerando as divisões em Regiões Integradas de Segurança Pública – RISP e dentro daquelas as Áreas Integradas de Segurança Pública – AISP.

O sistema é dividido em diferentes perfis compreendendo operador deverá necessariamente ter a permissão de acesso nível “gestor”, “coordenador RISP”, “coordenador AISP”, “coordenador de operações”. Os perfis acima delimitados possuem acessos escalonados, sendo o nível “gestor” o acesso mais irrestrito e no perfil “coordenador de operações” o de maior restrição de operações.

Portanto, esse sistema está eminentemente voltado aos comandantes de área, região ou regional, e também as cúpulas das instituições e da Secretaria de Segurança Pública, que são os responsáveis por gerir os recursos e empregá-los em suas devidas áreas de competência.

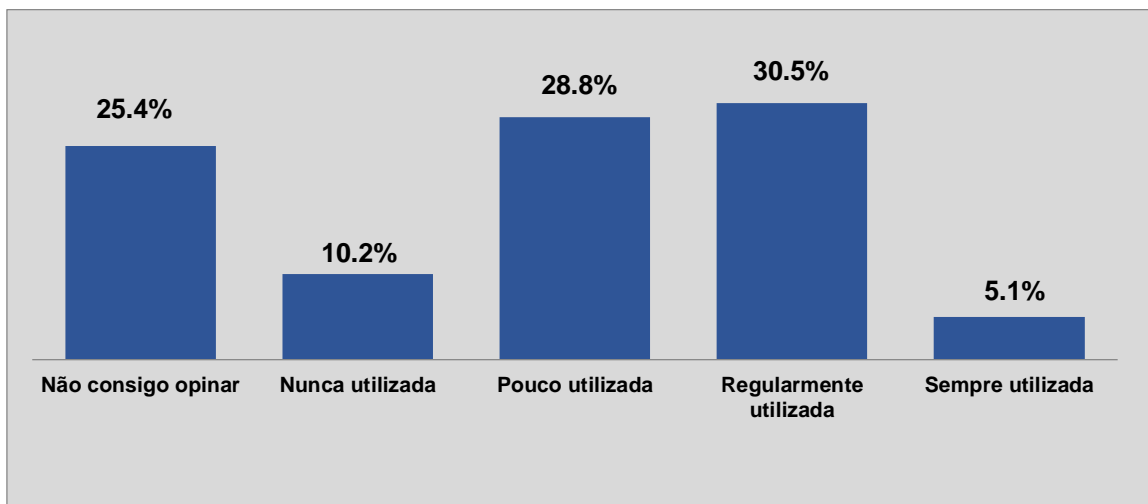
Ao operador que possui o perfil gestor, via de regra integrante da cúpula da SSP-GO ou da corporação (PM, PC, BM, Sistema Prisional), no caso das operações internas, incumbe-se a tarefa de criação de metas trimestrais a serem perseguidas pelos seus comandados ou, no caso de uma ação integrada, a ser cumprida pelas instituições vinculadas à Secretaria de Segurança Pública de Goiás. A meta pode envolver o parâmetro delimitado pelo operador, como redução de algum tipo de crime específico, ou no número de crimes genericamente falando em uma determinada área.

Dentro do questionário aplicado à oficiais da PMGO o primeiro ponto abordado foi o conhecimento acerca da utilização do MOPI. Dos pesquisados 68,7% afirmaram conhecer o sistema, enquanto 31,4% afirmaram desconhecer. Já dentre às praças especiais, que estão realizando a formação para o oficialado a maioria (53,1%) afirmaram não conhecer o sistema, enquanto 46,9% disseram ter algum conhecimento. Isso indica que o contato com

esse sistema informatizado é insuficiente durante a formação, sendo que em parte dos casos nem mesmo em pleno exercício as atividades de oficial tal contato ocorre.

Outro questionamento realizado referiu-se ao grau de utilização da plataforma MOPI como ferramenta de integração entre diferentes unidades policiais militares e ainda entre diferentes corporações da segurança pública estadual. A resposta a este questionamento foi bastante heterogênea conforme podemos ver na ilustração gráfica correspondente.

Gráfico 8: Grau de utilização do MOPI entre oficiais da PMGO:



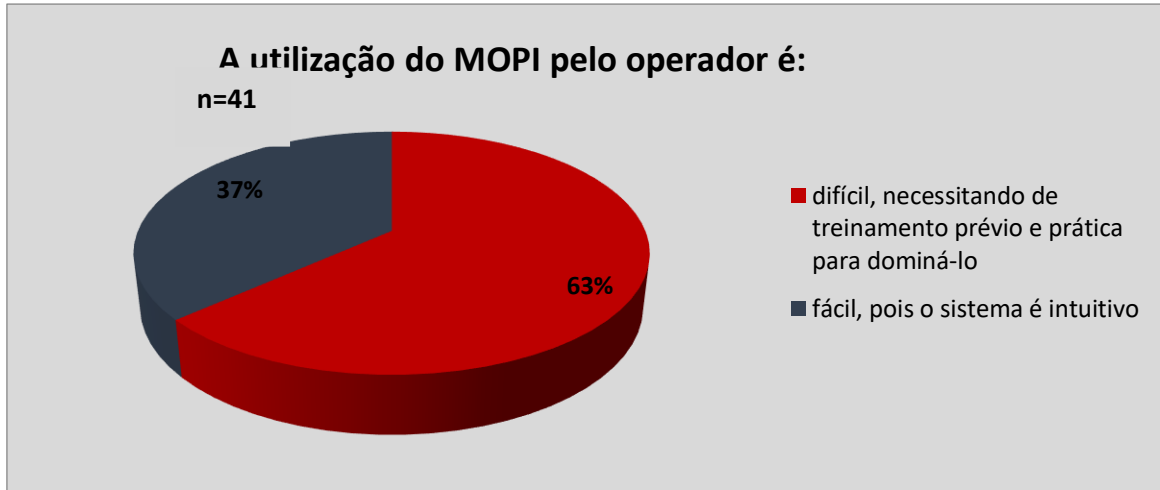
Fonte: (o autor, 2018)

Diante dos dados é possível se dizer que o uso do MOPI apesar de importante, ainda não está consolidado uma vez que a utilização do sistema é bastante diferenciada, com alguns o utilizando com frequência e outro o subutilizando ou até mesmo não utilizando.

Tal discrepância no uso denota que mesmo existente o sistema automatizado para o compartilhamento de informações à múltiplos interlocutores, como apregoado por Roberts (2001), e ainda demonstra que ainda existe um obstáculo a ser transposto para a interligação entre os diversos órgãos conforme o idealizado pelo autor supradescrito.

Dentre as diversas razões para esta discrepância nos resultados, uma em especial diz respeito à capacidade do policial responsável em operar o sistema. Pesquisados a cerca da dificuldade para utilização do MOPI, a maioria dos pesquisados declarou ser difícil o manuseio, conforme podemos ver no gráfico abaixo.

Gráfico 9: Utilização do MOPI pelo operador



Fonte: (o autor, 2018)

É possível que uma capacitação específica para operar o MOPI auxiliaria o operador a navegar e utilizar forma mais eficiente o software. Entretanto necessário é instigar a própria curiosidade dos operadores para desbravarem o sistema de forma a conhecê-lo adequadamente, uma vez que somente assim terá pleno domínio das situações onde deve ser empregado.

O MOPI é representa fator altamente positivo no que diz respeito à forma de gestão mais eficiente, sendo um passo a mais para o modelo gerencial de administração apregoado por Pereira (2006) focado na obtenção de resultados e que também incentiva a inovação.

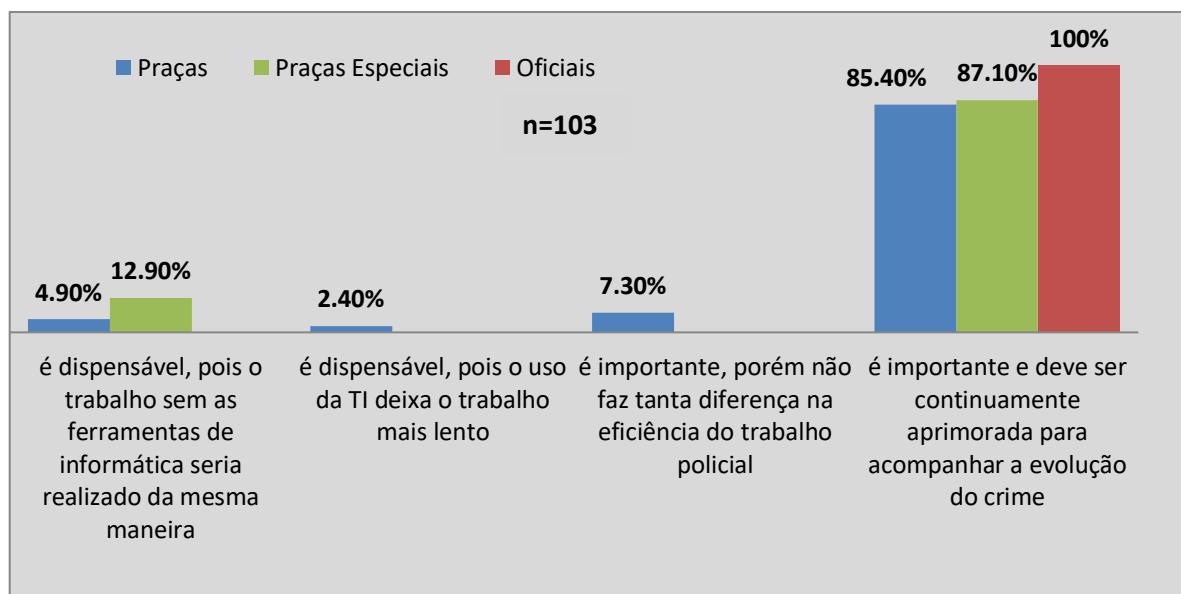
Contudo o domínio da ferramenta é fator de suma importância para atingir satisfatório grau de eficiência e o atingir de metas, assim como proposto por Santos, Anjos e Andrade (2009). Para isso devem concomitantemente ocorrer o constante aprimoramento do sistema; o treinamento daqueles que irão utilizá-lo; e a curiosidade, boa vontade, e perspicácia do operador de forma internalizar as funcionalidades disponíveis de forma a maximizar o uso.

4.4 USO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Alem de todo o abordado nos tópicos acima necessário se mostra aferir junto aos pesquisados o grau de importância atribuído ao uso da TI para a melhoria do trabalho policial, de forma a conhecer a opinião do efetivo acerca do incremento tecnológico cujo qual vem passando a Polícia Militar de Goiás.

Quando questionados acerca do uso da Tecnologia da Informação no trabalho policial por meios dos sistemas informatizado aqui estudados obteve-se o seguinte retorno, aqui graficamente exposto:

Gráfico 6: uso da TI através dos sistemas informatizados da PMGO



Fonte (o autor, 2018).

Considerando as respostas, é constatável que a absoluta maioria do efetivo já reconhece a importância dos recursos de TI os quais são aplicados nas ferramentas utilizadas pela corporação e valorando o contínuo aprimoramento desses recursos. Dentre os oficiais da PMGO pesquisados houve unanimidade neste requisito. Dentre as praças, somente pequena parcela, que somada equivale 15,60% que acredita ser dispensável a aplicação da tecnologia da informação ou não acredita em sua colaboração para a eficiência do trabalho policial.

Chamou atenção dentre o grupo das praças especiais o fato de haver certa resistência ao uso da TI (12,9%), grupo este que acredita não haver diferença para o trabalho a utilização de tecnologia computacional, apesar de a grande maioria reconhecer a sua imprescindibilidade.

Denota-se que no geral já é perceptível à corporação a grande importância do uso da Tecnologia da Informação advinda da implantação dos sistemas informatizados, ou seja, reconhece-se a relevância das ferramentas mesmo que ainda haja algumas dificuldades tanto quanto a acesso, equipamentos e operação dos sistemas por parte do efetivo. Fica clarividente que a implantação dos sistemas informatizados estudados trouxe maior eficiência o trabalho policial, destacada a necessidade de constante aprimoramento.

Verifica-se uma grande agilização no processo e desburocratização em virtude da utilização dos meios eletrônicos, o que coaduna com a teoria trazida por Prates e Ospina (2004), atendendo ao propósito pretendido com a instituição desses sistemas, concretizado pela Portaria nº 426 (GOIÁS, 2016) e aprimorada pela Portaria nº 681 (GOIÁS, 2016).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho possibilitou o estudo de forma pormenorizada referente à vários dos principais sistemas informatizados utilizados na atualidade pela Polícia Militar do Estado de Goiás assim como o conhecimento acerca de suas funcionalidades e a sua importância para a gestão de recursos humanos e materiais no trabalho policial militar. Tal objetivo foi alcançado.

A pesquisa, realizada através do levantamento de estudos bibliográficos pertinentes, e também por meio de coleta de dados em algumas unidades de Goiânia e Aparecida de Goiânia proporcionou a fundamentação necessária para a abordagem da temática proposta, e a pesquisa de campo com o efetivo da corporação trouxe um apanhado referente à validade e efetividade dos sistemas de tecnologia da informação estudados.

Tendo como base o estudo realizado foi possível extrair que a implementação dos sistemas informatizados estudados trouxe real melhoria ao serviço policial militar, especialmente quanto à agilização e facilitação dos procedimentos realizados no trabalho operacional, impactando positivamente na gestão de recursos materiais e humanos da PMGO.

Apesar disso também foram constatados pontos a serem aprimorados. Um deles se refere disponibilidade ao efetivo de materiais adequados (tablets, computadores, acesso a internet) para a utilização das ferramentas informatizadas no trabalho operacional. Também se constatou a necessidade de maior treinamento do efetivo para a utilização do RAI, ao mesmo tempo a ferramenta deve se tornar mais enxuta de forma a proporcionar ao policial seu preenchimento de forma correta e rápida.

Quanto ao MOPI, verificou-se a dificuldade para operar o sistema por parte do corpo de oficiais da corporação, que se deve em parte ao pouco contato com a ferramenta durante a formação. As praças especiais pesquisadas apontaram pouco contato com esta ferramenta durante a formação, sendo que muito sequer a conheciam. Portanto a melhoria deve partir não só pelo aprimoramento a ferramenta de forma a simplificar seu uso, mas também por parte do próprio oficial que deve ser proativo, sanando ou minimizando ao máximo a dificuldade com o manejo do sistema.

Apesar dos pontos que carecem de melhoria a conclusão que se chega é que a implementação dos sistemas informatizados pesquisados foram de crucial importância para o aprimoramento técnico do serviço policial militar. Ao mesmo tempo trouxe significativo ganho tanto em velocidade como em qualidade ao trabalho operacional. Ademais, tais benefícios podem ser ainda maiores na medida que forem sanadas as deficiências ainda encontradas.

Ao final pôde-se constatar a importância desta pesquisa para a gestão dos recursos de tecnologia da informação disponíveis para a PMGO, pois somente conhecendo os principais benefícios e empecilhos inerentes a cada uma das ferramentas é possível aprimorá-las, otimizando os resultados obtidos.

Diante do constatado sugere-se novos estudos relacionados aos demais sistemas da Plataforma de Sistemas Integrados – PSI não abrangidos nesta pesquisa. Ainda abre leque para o estudo pormenorizado da integração entre as forças de segurança pública por intermédio da tecnologia da informação.

REFERÊNCIAS

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. Tradução Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2003. (Série Polícia e Sociedade; n. 8)

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. v. 1; 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria Geral da Administração**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004. Disponível em: <<https://profeltonorris.files.wordpress.com/2014/02/livro-teoria-geral-da-administrac3a7c3a3o.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

FURTADO, Vasco. **Tecnologia e Gestão da Informação na Segurança Pública**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

GOIÁS. **Portaria nº 426, de março de 2016**. Institui a plataforma de sistemas integrados (PSI) no Âmbito da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária.. .

_____. **Portaria nº 688, de maio de 2016**. Institui adequações na portaria 426/2016/SSPAP e dá outras providências.

HOLMES, Albert.; ROBERTS, David.; e WEBSTER, Lyon. **Planning the Integration of Justice Information Systems: Developing the Justice Information Exchange Model**.

Sacramento, CA - USA, SEARCH - The National Consortium for Justice Information and Statistics. 2002.

LAURINDO, Fernando José Barbin; SHIMIZU, Tamio; CARVALHO, Marly Monteiro de; RABECHINI JR, Roque. **O papel da tecnologia da informação (TI) na estratégia das organizações.** *Gest. Prod.* [online]. 2001, vol.8, n.2, pp.160-179. ISSN 0104-530X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-530X2001000200005>. Acesso em 26 ago 2018.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser (Org.). **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial.** Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PRATES, Glauca Aparecida; OSPINA, Marco Túlio. **Tecnologia da informação em pequenas empresas: fatores e êxito, restrições e benefícios.** *Revista de Administração Contemporânea.* 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552004000200002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 29 ago 2018.

ROBERTS, David. **Integration in the context of justice information systems: a common understanding.**, Sacramento, CA - USA, SEARCH - The National Consortium for Justice Information and Statistics. 2001.

SANTOS, Márcio de Alcântara; ANJOS, Melquisedeque Cerqueira dos; ANDRADE, Rubenilton Matos. **A eficiência e eficácia do uso da tecnologia da informação na polícia militar da bahia na integração dos processos de coleta, armazenamento, disseminação e uso das informações.** 2009. 38 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <https://twiki.ufba.br/twiki/bin/viewfile/PROGESP/Formacao2?rev=&filename=A_efici%EAncia_e_efic%Elcia_do_uso_da_tecnologia_da_informa%E7%E3o.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2018.

SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública - Fgv**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 43, p.347-369, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n2/v43n2a04>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

SILVA, Edson R. G.. **Análise Qualitativa da Criminalidade com Particular Referência à Grande Florianópolis.** Monografia apresentada Curso de Economia. UFSC, 2006.

SOUZA, Nelson Gonçalves de. **Integração de sistemas de informação na segurança pública do Distrito Federal: um modelo de consenso e suas possibilidades.** 2003. 208 f. Dissertação (Mestrado em Informática) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2003.

Questionário (Praças)

Este questionário integra artigo científico cujo objetivo é estudar alguns dos principais sistemas informatizados adotados pela Polícia Militar do Estado de Goiás assim como aspectos de sua utilização no trabalho operacional. A atividade constitui a grade do Curso de Formação de Oficiais – CFO da corporação.

Considerando a implementação de sistemas informatizados na PM-GO, em especial o Registro de Atendimento Integrado – RAI, o Mportal, o Geocontrol e o Mapeamento de Operações Integradas – MOPI, responda aos seguintes questionamentos:

1) Qual a faixa de idade:

- 20 a 26 anos 27 a 33 anos 34 a 40 anos 41 a 47 anos
 48 a 54 anos 55 anos ou mais

2) A quanto tempo faz parte da PMGO:

- menos de 5 anos de 5 a 9 anos de 10 a 14 anos
 de 15 a 19 anos de 20 a 24 anos 25 anos ou mais

3) Qual sua atual graduação?

- soldado cabo sargento subtenente

4) O registro de ocorrências se tornou mais ágil desde a implementação do Registro de Atendimento Integrado – RAI?

- SIM, a implantação do RAI contribuiu para agilizar o registro de ocorrências
 NÃO, com o RAI se tornou mais lento o registro de ocorrências
 Ingressei na instituição após a implantação do RAI, porém considero que o sistema deu maior rapidez ao registro de ocorrências
 Ingressei na instituição após a implantação do RAI, porém considero o lento o registro de ocorrências

5) Existe dificuldade para se registrar ou consultar uma ocorrência por via do RAI?

- nenhuma dificuldade pouca dificuldade
 dificuldade moderada muita dificuldade
 extrema dificuldade

6) Quando é necessário fazer o registro de uma ocorrência prefere:

- registrar a ocorrência na hora no RAI, utilizando smartphone ou tablet, preenchendo todos os campos;
 registrar a ocorrência na hora pelo RAI, utilizando smartphone ou tablet porém preenchendo apenas os campos obrigatórios;
 colher os dados e repassar ao COPOM para que este faça o registro no RAI;

7) Quanto a utilização do sistema Mportal3:

- SIM, utilizo o Mportal3 para consultas durante abordagens e patrulhamento;
 NÃO, aciono o COPOM via rádio ou telefone para obter as informações de que preciso.

8) Existe dificuldade no acesso ou para fazer consultas no Mportal3? (mais de uma opção pode ser escolhida)

- Não existe dificuldade;
 Existe dificuldade devido a falta de equipamentos para acesso;
 Existe dificuldade devido a equipamentos inadequados para o acesso;
 Existe dificuldade devido a lentidão do sistema;
 Outros: _____

9) Em sua opinião o Mportal3 agiliza o trabalho policial, especialmente o responsável pelo patrulhamento?

sim

não

10) O uso da Tecnologia da Informação – TI, que na PMGO vem ocorrendo através dos sistemas informatizados:

é dispensável, pois o trabalho sem as ferramentas de informática seria realizado da mesma maneira;

é dispensável, pois o uso da TI deixa o trabalho mais lento;

é importante e deve ser continuamente aprimorada para acompanhar a evolução do crime;

é importante, porém não faz tanta diferença na eficiência do trabalho policial.

Questionário (Oficiais)

Este questionário integra artigo científico cujo objetivo é estudar alguns dos principais sistemas informatizados adotados pela Polícia Militar do Estado de Goiás assim como aspectos de sua utilização no trabalho operacional. A atividade constitui a grade do Curso de Formação de Oficiais – CFO da corporação.

Considerando a implementação de sistemas informatizados na PM-GO, em especial o Registro de Atendimento Integrado – RAI, o Mportal, o Geocontrol e o Mapeamento de Operações Integradas – MOPI, responda aos seguintes questionamentos:

1) Está em qual faixa etária:

- 20 a 26 anos 27 a 33 anos 34 a 40 anos 41 a 47 anos
 48 a 54 anos 55 anos ou mais

2) A quanto tempo integra os quadros da PMGO:

- menos de 5 anos de 5 a 9 anos de 10 a 14 anos
 de 15 a 19 anos de 20 a 24 anos 25 anos ou mais

3) Qual o posto/graduação que ocupa na corporação?

- cadete aspirante a oficial 2º Tenente
 1º Tenente Capitão Major
 Tenente Coronel Coronel

4) O registro de ocorrências se tornou mais ágil desde a implementação do Registro de Atendimento Integrado – RAI?

- SIM, a implantação do RAI contribuiu para agilizar o registro de ocorrências
 NÃO, com o RAI se tornou mais lento o registro de ocorrências
 Ingressei na instituição após a implantação do RAI, porém considero que o sistema deu maior rapidez ao registro de ocorrências

Ingressei na instituição após a implantação do RAI, porém considero o lento o registro de ocorrências

5) Acredita existir dificuldade por parte da tropa para registrar ou consultar uma ocorrência por intermédio do RAI?

nenhuma dificuldade pouca dificuldade

dificuldade moderada muita dificuldade

extrema dificuldade

6) Quando é necessário fazer o registro de uma ocorrência o efetivo prefere via de regra:

registrar a ocorrência na hora no RAI, utilizando smartphone ou tablet, preenchendo todos os campos;

registrar a ocorrência na hora pelo RAI, utilizando smartphone ou tablet porém preenchendo apenas os campos obrigatórios;

colher os dados e repassar ao COPOM para que este faça o registro no RAI;

8) Quanto a utilização do sistema Mportal3 pela tropa?

SIM, o Mportal3 é regularmente utilizado pelo efetivo para consultas durante abordagens e patrulhamento;

NÃO, a praxe é acionar o COPOM via rádio ou telefone para obter as informações necessárias.

9) Existe dificuldade no acesso ou para fazer consultas no Mportal3? (mais de uma opção pode ser escolhida)

Não existe dificuldade;

Existe dificuldade devido a falta de equipamentos para acesso;

Existe dificuldade devido a equipamentos inadequados para o acesso;

Existe dificuldade devido a lentidão do sistema;

() Outros: _____

10) Possui conhecimento acerca das funcionalidades do Mapeamento de Operações Integradas - MOPI?

() sim () não

11) Em caso de resposta positiva ao questionamento anterior, a utilização do Mapeamento de Operações Integradas – MOPI pelo operador é:

() fácil, pois o sistema é intuitivo;

() difícil, necessitando de treinamento prévio e prática para dominá-lo;

12) Qual o grau de utilização da plataforma do MOPI como ferramenta coordenação de ações integradas dentro de diferentes unidades policiais militares ou outras forças de segurança pública?

() nunca utilizada () pouco utilizada () regularmente utilizada

() sempre utilizada

13) O uso da Tecnologia da Informação – TI, que na PMGO vem ocorrendo através dos sistemas informatizados:

() é dispensável, pois o trabalho sem as ferramentas de informática seria realizado da mesma maneira;

() é dispensável, pois o uso da TI deixa o trabalho mais lento;

() é importante e deve ser continuamente aprimorada para acompanhar a evolução do crime;

() é importante, porém não faz tanta diferença na eficiência do trabalho policial.